

A DESIGNAÇÃO DE “LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA”

p. 29 - 35

Maria Cláudia Teixeira¹

Resumo

Fundamentado na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, neste artigo, empreendemos a análise da nova denominação – Lexicografia Pedagógica – cunhada por conta da produção e análise de dicionários destinados as escolas, os dicionários escolares, que se constituem como uma nova tipologia, conferindo aos dicionários um papel pedagógico. Tomamos como corpus de análise dois diferentes textos que tratam da discussão dessa denominação.

Palavras-chaves: Dicionários; Lexicografia pedagógica; Designação.

Abstract

Based on the theoretical perspective of the semantics of the Event , in this article , we undertook an analysis of the new name - Pedagogical lexicography - coined due to the production and analysis of dictionaries for schools , school dictionaries , which are constituted as a new typology , giving dictionaries to a teaching role . We take for analysis corpus two different texts dealing with the discussion of this denomination.

Key words: Dictionaries ; Pedagogical lexicography ; Designation.

Introdução

As discussões em torno da investigação da lexicografia de língua portuguesa no Brasil propiciam muitas reflexões sobre os modos de produzir, avaliar e utilizar os dicionários. Especificamente em relação aos diferentes tipos de dicionários, um chama a atenção: o dicionário produzido para crianças, ora escolar ora infantil. Tantos debates voltados para esse tipo de dicionário

trouxe à tona o conceito de lexicografia pedagógica que, embora pareça estabilizado, já que, para se referir aos dicionários de cunho escolar, usa-se essa denominação, ela é, ainda, muito discutido.

O interesse crescente pelo estudo da lexicografia de língua portuguesa no Brasil deve-se a inserção dos dicionários no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2001. O PNLD foi criado em 1985 pelo Ministério de Educação do Brasil e objetiva a seleção, aquisição e distribuição

¹ Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL).

gratuita de livros didáticos para alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental. Desde 2001 os dicionários passaram a fazer parte desse processo, ocasionando um boom no mercado editorial e despertando o interesse de estudiosos e pesquisadores. Os critérios de seleção e avaliação para a aquisição bem como os modos de produção das obras lexicográficas para atender as exigências do PNLD, caracterizam as pesquisas mais recentes.

O conceito de Lexicografia Pedagógica no Brasil surge neste contexto de escolarização dos dicionários, que passam a desempenhar um papel pedagógico, pois funcionam como auxiliar do aluno no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, contribuindo, dessa forma, para a alfabetização.

A investigação dessa denominação será realizada em dois textos, que compõem o corpus de estudo. O primeiro trata-se do artigo intitulado “Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro Didático e seu impacto sobre a lexicografia didática”, de autoria de Maria da Graça Krieger e o outro texto faz parte da obra organizada intitulada Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos, do qual nos deteremos na parte reservada a “Questões de lexicografia pedagógica”.

Fundamentação teórico-metodológica

A semântica é o domínio que estuda a significação na língua. A Semântica do Acontecimento, teoria proposta por Eduardo Guimarães, “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.7). Ou seja, a “significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 7). Assim, palavras e expressões são significadas a partir do que se diz e o dizer (a enunciação, seja ela escrita ou oral) vai construindo a memória de uma palavra na

língua. É desse modo que associamos sentidos relativamente estáveis às palavras, que vão sendo atualizados ou modificados ao longo do tempo.

A enunciação é entendida como acontecimento de linguagem, como funcionamento da língua. Guimarães (2005) entende o acontecimento como o funcionamento da língua, que coloca em relação língua e sujeito, ao ser enunciada. Ao considerar a relação entre o sujeito e a língua na tomada da palavra, a Semântica do Acontecimento permite a análise não só de palavras ou sentenças, mas de textos. Define-se o texto como uma “unidade de significação integrada por enunciados” (GUIMARÃES, 2007a, p. 82). A relação de integração permite tomar os elementos não como estando em relação de soma e linearidade, mas como parte integrante do texto como um todo e tendo seus sentidos precisados na relação com este todo.

Nesta concepção, a unidade dos elementos linguísticos se faz pela deriva dos sentidos. O que constrói a coesão do texto não é a coerência lógica de ideias, mas o movimento histórico (discursivo) dos sentidos e como este movimento se inscreve na língua, na enunciação e nos textos. É assim que uma mesma palavra, em textualidades semelhantes e em um mesmo espaço de enunciação, pode significar (designar) diferentemente.

Segundo Guimarães (2005, p.9), “a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”.

A designação é o “modo pelo qual o real é significado na linguagem” e não está relacionada às classificações de coisas existentes em conjuntos fixos e pré-estabelecidos, mas à identificação das coisas significadas na relação entre sujeito, linguagem e mundo. Para

compreender a significação são mobilizados os conceitos de articulação e reescrituração.

A reescrituração é o processo “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007a, p. 84). Este procedimento é bastante comum na produção de textos, trata-se da retomada de algo que já foi dito, por repetição, substituição ou elipse, por exemplo. Os procedimentos de articulação, segundo Guimarães (2007a, p. 87) “dizem respeito às relações próprias das contiguidades locais, como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem. Estes procedimentos enunciativos são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles”. Em outras palavras, é a forma como um elemento do texto estará relacionado aos que estão ao seu lado.

Na tomada da palavra, a cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. As figuras de enunciação são o Locutor (L), que se representa no dizer como fonte deste dizer; o locutor x (l-x), que autoriza a partir de um determinado lugar social (x), que L fale. E finalmente, o Enunciador (E), que representa no dizer uma perspectiva da qual L fala – individual, genérica, coletiva ou universal. Nesse caso, o locutor (L) fala do lugar social (l-x) de pesquisador, estudioso da lexicografia nacional, por isso, autorizado a dizer o que diz.

Considerando que a “significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 11), as palavras e expressões são significadas a partir do que se diz e o dizer (a enunciação, seja ela escrita ou oral) vai construindo a memória de uma palavra na língua, o que quer dizer que as palavras não tem um sentido uno, fixo e estável, como pretende o dicionário, mas funcionam de acordo com o acontecimento, com o “tempo” da enunciação.

Partimos da relação entre designação e referência e do modo como elas são construídas na linguagem. Guimarães (2005) diferencia nomeação, designação e referência. Para ele, nomear é fazer com que algo receba um nome; a referência é “a particularização de algo na e pela enunciação” (2005, p. 9) e a designação é a significação do nome “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.” O autor considera que não há referência sem designação, pois as coisas são referidas não apenas porque existem, mas porque são significadas. Como construção de linguagem que relaciona elementos linguísticos, a designação é examinada a partir do procedimento do Domínio Semântico de Determinação (DSD) que precisa o conjunto de determinações do nome em um corpus textual.

O DSD é o procedimento analítico que explica o funcionamento da palavra no corpus selecionado. Ele é “construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona” (GUIMARÃES, 2007b, p.80) e, nessa medida, caracteriza a designação por meio da interpretação da determinação enunciativa da palavra estudada.

Um ponto fundamental para a análise da determinação do sentido é a entrada da palavra/do elemento lexical na unidade analítica (GUIMARÃES, idem) maior, porque tomamos a relação das formas linguísticas com o enunciado e do enunciado com o texto como uma relação integrativa e não segmental. Não há, segundo Guimarães (2005, p. 7), “como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto”.

Para compreender a designação de “lexicografia pedagógica”, recorreremos ao Domínio Semântico de Determinação (DSD), de Guimarães (2007) que caracteriza a designação

das palavras. Segundo o linguista (2007, p. 95), “a designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação de coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas”. No DSD são as relações que constituem o sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria, representadas por meio de alguns sinais específicos: \vdash ou \dashv ou \perp ou \top , (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y), que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia .

Análises

A. Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática, de Maria da Graça Krieger.

Neste artigo, Maria da Graça Krieger trata do Programa Nacional do Livro Didático no que diz respeito à inclusão dos dicionários do Programa, dando destaque ao Programa de 2006, que define uma nova tipologia de dicionários, classificando-a como dicionário escolar. A autora caracteriza a nova tipologia e, ainda, expõe a classificação dessa tipologia conforme proposta pelo PNLD. Segundo Krieger (2006, p. 235), “tal proposição confirma o papel pedagógico do dicionário, bem como contribui para divulgar o conceito de lexicografia didática no Brasil”. Deste texto fizemos recortes nos quais há a ocorrência do que a autora denomina de “lexicografia didática”. A seguir elencamos os recortes:

(1) A problemática do dicionário escolar inscreve-se no âmbito do que se passou a denominar, sobretudo na Europa, de lexicografia didática. Este segmento lexicográfico relaciona-se ao surgimento de produtos específicos que intentam cobrir as necessidades de quase todos os níveis de ensino.

(2) A concepção de uma lexicografia didática, como uma produção direcionada à escola é de extrema importância [...].

(3) Essas características estruturais que delineiam o perfil de cada tipo de obra proposta pelo MEC para atender a distintas necessidades dos alunos do Ensino Fundamental, mesmo que ainda sejam bastante genéricas configuram uma primeira tipologia para a lexicografia escolar.

(4) Instigar a reflexão sobre lexicografia didática e a divulgação de seu conceito como produção dicionarística que compreende obras, cujas estruturas e tratamento dos dados buscam ser adequados aos usuários-alunos em suas distintas fases de ensino-aprendizagem.

Em (1) observamos que lexicografia didática é reescrita sinonimicamente por segmento lexicográfico. Em (2) observamos uma relação de paráfrase com (1), pois se pode considerar que (1) é redito em (2) de modo condensado, pois produção direcionada à escola resume produtos específicos que intentam cobrir as necessidades de quase todos os níveis de ensino. Ainda em (2) notamos que produção direcionada à escola é uma reescrituração de lexicografia didática. Isto coloca uma relação de determinação de produção direcionada à escola sobre lexicografia didática, estabelecendo uma sinonímia entre produção direcionada à escola e lexicografia didática. Em (3) lexicografia escolar rediz por sinônimo lexicografia didática e em (4) produção dicionarística especificada por obras, cujas estruturas e tratamento dos dados buscam ser adequados aos usuários-alunos em suas distintas fases de ensino-aprendizagem rediz lexicografia didática. Em todos os casos observa-se a relação de articulação por dependência em que “modos de produção” é atribuído à lexicografia didática, sendo que esses modos de produção estão sempre relacionados ao ensino. Do ponto de vista enunciativo, podemos dizer que há, nos casos acima, uma operação de predicação: didática predica algo à lexicografia e a lexicografia didática é predicada, pelos modos de produção dos dicionários destinados às escolas.

Na configuração da cena enunciativa, caracterizamos que o Locutor, enquanto lugar social, é o locutor-pesquisador. Podemos

dizer que a figura de enunciador que aí fala é a de um enunciador-universal, que fala a partir da posição do discurso científico.

DSD1

LEXICOGRAFIA DIDÁTICA- lexicografia escolar
T
Produção direcionada à escola- Produção dicionarística

B. Questões de lexicografia pedagógica, Maria da Graça Krieger e Herbert Andreas Welker

Este texto configura-se como um questionário, no qual os dois autores supracitados respondem questões elaboradas pelos organizadores da obra, trata-se do livro intitulado *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos* (2011) e, conforme apresentação, “neste livro, foram reunidas as opiniões das pessoas que fazem dicionários, de quem os estuda e de quem os usa” (HUMBLÉ, 2011, p. 09). O sumário apresenta uma divisão de três partes: I. Conversando com quem faz: a prática lexicográfica; II. Conversando com estudiosos da lexicografia; III. Conversando com usuários. A segunda parte aparece subdividida em: 1. Questões teóricas genéricas; 2. Questões teóricas específicas; 3. Questões de lexicografia pedagógica e 4. Questões políticas. Tomamos como corpus o terceiro subtítulo do segundo capítulo: Questões de lexicografia pedagógica. Assim como no primeiro texto analisado, estabelecemos recortes a partir da ocorrência “lexicografia pedagógica”.

Questionados sobre o objeto da lexicografia pedagógica:

Krieger
(1) A lexicografia pedagógica é uma área de estudos relativamente nova, ainda muito pouco conhecida no Brasil. [...] Por ser recente, seu objeto ainda está sendo delineado.

(2) A lexicografia pedagógica é motivada pela consciência do potencial didático dos dicionários.
(3) A lexicografia pedagógica é um objeto de estudos de várias interfaces e que abarca, inclusive, a problemática da falta de formação dos professores para o conhecimento e o aproveitamento pedagógico desse instrumento essencial para o ensino de línguas.

Welker

(4) Na lexicografia pedagógica prática, elaboram-se dicionários pedagógicos; na lexicografia pedagógica teórica [...] estudam-se os dicionários pedagógicos.

(5) [...] costuma-se restringir a lexicografia pedagógica [...] a dicionários pedagógicos (DPs), e esses são um tipo especial de obras de referência. Sua característica é que eles pretendem levar em conta as habilidades (e, portanto, também as dificuldades) e as necessidades de consulta dos aprendizes de línguas. Assim, dicionários comuns – quer gerais quer especiais, como o Aurélio ou um dicionário de sinônimos ou técnico – não são dicionários pedagógicos, mesmo quando consultados por aprendizes, e quando se estudam tais dicionários [...] não se está no âmbito da lexicografia pedagógica.

(6) Na grande maioria das vezes, os autores que empregam os termos lexicografia pedagógica ou dicionário pedagógico discorrem sobre obras do tipo learners’ dictionaries monolíngues, ou seja, dicionários destinados a aprendizes de línguas estrangeiras. Porém, em algumas definições – com as quais concordo – os aprendizes da língua materna também são incluídos. Por exemplo, Hernández (1998: 50), que usa o adjetivo didático, equiparando-o com pedagógico, diz que a lexicografia assim qualificada “se refere a obras destinadas a quem ainda não alcançou uma competência linguística suficiente em sua língua materna ou em uma segunda língua”.

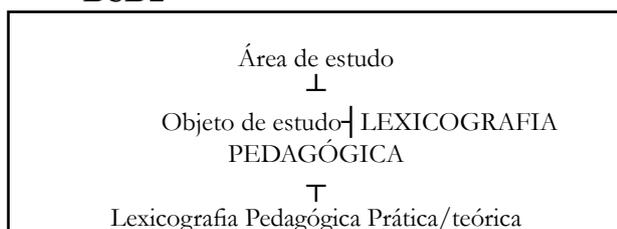
A primeira coisa observada nos recortes do segundo texto tomado como corpus é a mudança de termo de lexicografia didática para lexicografia pedagógica, que é mencionada por Welker, mas apagada em Krieger que, se quer, a utiliza numa relação de semelhança de sentido com o novo termo empregado.

Em (1) lexicografia pedagógica aparece definida como uma área de estudos, cujo objeto ainda não está delineado. A área de estudo é o que determina e predica a lexicografia pedagógica. Em (2) lexicografia pedagógica relaciona-se ao dicionário pelo seu potencial didático e em (3) o que se tem é a determinação de lexicografia pedagógica como objeto de estudos. Nos três casos, ocorre a reescrituração de lexicografia

pedagógica por repetição à questão proposta. Em (4) observamos a caracterização de duas formas distintas: lexicografia pedagógica prática e lexicografia pedagógica teórica, há nesse caso, uma operação de predicação, que diz sobre cada uma das distinções. Em (5) lexicografia pedagógica é reescrita por repetição e em (6) é reescrita genericamente por lexicografia a partir da colocação de outro Locutor na cena enunciativa.

Pelos recortes efetivados no texto observamos que constituem a cena enunciativa três Locutores: O L1 e o L2, ambos locutor-pesquisador, apresentam-se como autores dos enunciados, autorizados pelo lugar social ocupado a tomar a palavra; enquanto que o L3 é colocado em cena pelo dizer L2.

DSD2



No DSD1 a lexicografia didática estabelece relação de sinonímia com lexicografia escolar e é determinada pelos modos de produção de dicionários destinados às escolas. No DSD2 a lexicografia didática é substituída pela lexicografia pedagógica e aparece significada como área de estudo, como objeto de estudo e, ainda, dividida em lexicografia pedagógica prática e lexicografia pedagógica teórica, que caracterizam modos distintos de estudo dos dicionários escolares.

Considerações Finais

A análise apresentada aqui apontou que a Lexicografia Pedagógica, tão discutida por pesquisadores da área, designa não um conceito, mas uma área de estudos dentro da lexicografia, que se dedica aos dicionários destinados às escolas, os dicionários escolares.

A produção desse tipo de dicionário constitui-se como determinante da lexicografia didática, no entanto, a lexicografia pedagógica, como mostra o DSD2, vai além do estudo da produção de dicionários escolares, trata-se de uma área de estudo que engloba a produção, a avaliação e a investigação desses dicionários, sendo tanto prática quanto teórica. Desse modo, observamos que não se trata apenas de uma mudança de termo, de uma mudança de qualificador para a lexicografia, mas de um desenvolvimento crescente que ultrapassa os limites do didático, que está contido no pedagógico.

Referências

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

_____. **A enumeração funcionamento enunciativo e sentido.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

_____. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, E; MOLLICA, M. C. (org.) **A palavra: forma e sentido.** Campinas: Pontes, RG Editores, 2007b.

_____. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Textualidade e Enunciação.** In: Escritos, n. 2. Ver e Dizer. Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI, 1998.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campina, SP: Pontes, 1995.

KRIEGER, Maria da Graça; WELKER, Herbert Andreas. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, Cláudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie. **Dicionários na teoria e na prática**: como e para quem são feitos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

KRIEGER, Maria da Graça. **Políticas públicas e dicionários para escola**: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. Cadernos de tradução. v. 2, n. 18, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6950>

Enviado: 20/11/2015

Aceite: 10/12/2015